

Colecção Ciência e Iluminismo



COLECCIONISMO NO SÉCULO XVIII

TEXTOS E DOCUMENTOS

Introdução e Coordenação Editorial
João Carlos Brigola

 PORTO EDITORA

Índice

| | |
|---|-----|
| Nota Editorial | IV |
| Introdução | V |
| Relação dos documentos publicados | XXV |
| Textos e Documentos | I |
| Primeira metade do século XVIII | 1 |
| Segunda metade do século XVIII | 9 |
| Primeiras décadas do século XIX | 71 |
| Anexos | 103 |
| Relatos de viajantes estrangeiros (1700-1820) | 105 |
| Ilustrações | 107 |



Nota Editorial

A colecção *Ciência e Iluminismo* respeita o princípio de apenas editar textos integrais. Este critério científico tem permitido ao leitor aceder ao pensamento autoral na sua plenitude, sem interferências estranhas à compreensão da obra no seu contexto histórico.

O volume que agora se dá à estampa, introduzindo não as ideias científicas de um autor mas o conjunto de práticas culturais e sociais sob a designação genérica de *coleccionismo*, obrigou à adopção de um outro entendimento na selecção de textos e documentos.

Sendo certo que em Portugal existiram alguns, escassíssimos, publicistas setecentistas que se deram ao labor da reflexão teórica versando os *museus*, os *gabinetes* e as *colecções* – de que Domingos Vandelli, já publicado nesta colecção *Ciência e Iluminismo*, constitui exemplo maior –, a característica historiográfica mais relevante é a da imensa diversidade tipológica de fontes e, nelas, a dispersão de referências ao tema: relatos de viajantes do *Grand Tour*, cartulário científico ou familiar, legislação avulsa, regulamentos e relatórios da administração e do governo, propostas de reformadores, artigos em periódicos, anúncios de leilões, actas de congregações religiosas, memórias académicas, inventários, etc.

Deste modo, arriscando-se embora o discurso fragmentário da realidade, talvez se possa aceder com vantagem à leitura do universo museal setecentista enquanto traço essencial da cultura europeia das Luzes.

Introdução

João Carlos Brigola

O Museu moderno, tal como hoje o concebemos no mundo ocidental, é uma aquisição civilizacional do século XVIII. A plena maturidade conceptual e institucional do Museu europeu está plenamente conseguida no quadro do *Ancien Regime*, antes ainda dos efeitos democratizadores da Revolução Francesa. Alguns autores têm recorrido à ilustração pictórica do pintor francês Bénigne Gagneraux (1756-1795) como argumento a favor do lugar central já ocupado pelo Museu na retórica do Poder pré-revolucionário. Encomenda do Papa Pio VI, a tela capta a recepção ao monarca sueco Gustavo III em visita a Roma, representando o encontro das duas comitivas sob a cúpula do Museu do Vaticano.¹

Também do ponto de vista filológico, a sua geral aceitação e utilização evidência a força cultural de um termo que, nascido como metáfora de genealogia renascentista, se adaptou bem às tendências enciclopedistas da cultura de seiscentos e de setecentos. A peculiar capacidade de expansão de *Museum* permitiu-lhe condicionar a semântica e até incorporar outras numerosas categorias intelectuais e filosóficas que com ele tinham coexistido, tais como: *bibliotheca*, *thesaurus*, *cornucopia*, *studio*, *casino*, *cabinet/gabinetto*, *galleria*, *theatro*, *archivio*, *arca*, *scrittoio*, *pinacotheca*. Mas a constelação de termos podia assumir ainda outras formas como: *pandechion*, *gazophylacium*, *cimerlachio*, *metalotheca*, *kunst und wunderkammer*, *kunstschränk*, *microcosmo*, *stanza*, *casa*, *guardaroba*, *studiolo*, *tribuna*, etc. – terminologia rica e complexa, cuja análise sociolinguística tem ajudado a entender aspectos expressivos da vida intelectual e cultural dos inícios da Idade Moderna europeia.² Curiosa, neste contexto, a entrada que em 1716 o Padre Rafael Bluteau, no seu *Vocabulario portuguez e latino*, concede ao termo *Museo*, tributário da matriz civilizacional grega como local de investigação científica e de ensino avançado: “*Nos contornos do*

¹ Cf. Bénigne Gagneraux (1756-1795), *un pittore francese nella Roma di Pio VI*, Roma, Galeria Borghese, 1983. Ver igualmente referências à importância simbólica desta tela em *Les Musées en Europe à la veille de l'ouverture du Louvre*, (dir. de Édouard Pommier), Actas do Colóquio, Paris, Klincksieck, 1995, e em Germain Bazin, *Le temps des musées*, Liège-Bruxelas, Desoer Éditions, 1967, Cap. VIII – *L'esprit des lumières*.

² Sobre a evolução etimológica de ‘Museu’, consulte-se Paula Findlen, “The museum: its classical etymology and renaissance genealogy”, *Journal of the History of Collections*, n.º 1, Oxford, 1989 (pp. 59-78).

*monte Olympo na Macedónia, é um lugar consagrado às Musas. Na vida de Apollonio Thianco, escreve Philostrato, que Museo era hum lugar onde os antigos consultavam as Musas, e elas davam as respostas. Destes lugares chamados Museos, derão o nome de Museo a todo o lugar destinado ao estudo das letras humanas, como também a casas de curiosidades scientificas, como o Museo do P. Athanasio Kircher em Roma; e a livros como o Museo de Moscardo, impresso em Padua, e o Museo Historico e Físico de João Imperial, em que o dito author dá noticias da ciencia e vida de varões illustres”.*³

Em Portugal, no período joanino e nos primeiros anos do consulado pombalino, o museu institucional de natureza pública começa por ser uma referência literária e iconográfica que a obra dos autores ‘modernos’ divulga a partir do contacto com a realidade cultural europeia. A controvérsia educativa gerada pela contestação à hegemonia intelectual jesuíta ganha novos contornos com a permissão oficial do ensino e dos novos métodos pedagógicos dos padres oratorianos de S. Filipe Néry, na formação das elites urbanas.⁴ Este ambiente cultural é propício à circulação e discussão de obras ‘estrangeiradas’ que, escritas por portugueses a partir de Londres, Roma ou Sampetersburgo, inculcam como exemplo a seguir os espaços culturais da voga europeia: academias, bibliotecas, colecções, museus. Exemplo notável é o do sábio judeu Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762), refugiado em Inglaterra desde 1721, Sócio do Real Colégio dos Médicos, e da Sociedade Real, doutor pela Universidade de Aberdeen. Na sua obra *Materia medica. Physico-historico-mechanica. Reino mineral*, publicada em Londres em 1737, o médico português introduz no discurso científico referências a objectos da Natureza depositados em Museus (privados e institucionais), utilizando essa visibilidade como argumento de autoridade⁵. É possível identificar no texto de Sarmiento uma atitude intelectual seguramente nova para os hábitos da escrita e do pensamento nacionais: incorpora-se no aparato tradicional da alegação erudita a exibição física do objecto no Museu, para que assim se comprove a sua entidade gnosiológica. Às palavras e à iconografia dos livros, amassados em bibliotecas (fonte tradicional do conhecimento), juntava-se agora a exposição cénica das espécies, inventariadas e reconstituídas, sem lacunas, na grande cadeia dos seres.

³ *Vocabulario portuguez & latino*, Lisboa, (1712-1728), vol. V, 1716 (p. 649).

⁴ Cf. J. S. da Silva Dias, “Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)”, *Biblos*, vol. XXVIII, 1952 (pp. 203-498), e Rogério Fernandes, *O pensamento pedagógico em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

⁵ Jacob de Castro Sarmiento, *Materia medica. Physico-historico-mechanica. Reino mineral*, 1737 (pp. 45-46; 148).

is Musas. Na vida de
 i lugar onde os antigos
 tes lugares chamados
 o ao estudo das letras
 s, como o Museu do P.
 Moscardo, impresso em
 que o dito author dá

s anos do consulado
 começa por ser uma
 ‘modernos’ divulga a
 \ controversia educa-
 úita ganha novos con-
 métodos pedagógicos
 is elites urbanas.⁴ Este
 obras ‘estrangeiradas’
 a ou Sampetersburgo,
 la voga europeia: aca-
 el é o do sábio judeu
 Inglaterra desde 1721,
 l, doutor pela Univer-
 o-historico-mechanica.
 o português introduz
 reza depositados em
 ibilidade como argu-
 le Sarmiento uma ati-
 crita e do pensamento
 ção erudita a exibição
 e a sua entidade gno-
 ssados em bibliotecas
 a exposição cénica das
 grande cadeia dos seres.

I)”, Biblos, vol. XXVIII, 1952
 l, Lisboa, Instituto de Cultura
 anica. Reino mineral, 1737

Utilizar, pois, a visibilidade de um objecto integrado numa colecção como prova científica da sua existência e das suas propriedades naturais tornar-se-ia rotina, a tal ponto que já não surpreende a ênfase colocada por um naturalista da geração seguinte – o Padre João de Loureiro (1710-1791) – ao invocá-la como argumento decisivo. Neste texto, publicado pelas *Memórias* da Academia das Ciências de Lisboa, vai-se mesmo mais longe ao justificar-se a atitude de incredulidade total face à narrativa livresca de um fenómeno avulso da Natureza, não porque se creia numa impossibilidade ontológica, mas apenas porque não se encontrava materialmente documentado em *Museu* algum.⁶

A Jacob de Castro Sarmiento cabe ainda uma intervenção demiúrgica na tentativa frustrada de influenciar duas instituições científicas lusitanas a estabelecerem um jardim botânico. Pouco depois da fundação da Academia da História, a Royal Society, por intermédio do seu sócio português, oferecia-se para ajudar a novel agremiação de Lisboa com todo o género de sementes e de plantas existentes no seu próprio jardim londrino, caso a Academia se dispusesse a criar um horto botânico. Reunidos em assembleia, os eruditos agradeceram polidamente mas, invocando incompatibilidade de tal iniciativa naturalista com os Estatutos, recusaram a oferta. Julgando obter melhor acolhimento junto da Faculdade de Medicina (que ele próprio frequentara), Jacob de Castro Sarmiento dirigiu-se, em 1731, ao Reitor da Universidade de Coimbra, Francisco Carneiro de Figueiroa, com a mesma proposta, desta vez acompanhada de um plano meticuloso para a edificação de um Jardim Botânico, justificando-o como um complemento didáctico imprescindível aos estudos médicos. Apesar de ter tentado cativar os interlocutores com a oferta de um microscópio construído por Culpeper de Londres, para uso dos professores de medicina nas observações botânicas e anatómicas, não logrou obter melhor sorte.⁷

⁶ Padre João de Loureiro, *Memoria sobre huma especie de petrificação animal*, 1799, t. II (pp. 47-48).

⁷ Na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra encontra-se arquivado o Projecto de Sarmiento, contendo uma Planta de Jardim Botânico com uma “Bibliotheca Botanica” (provavelmente inspirada no jardim londrino de Chelsea) desenhada pelo Arquitecto E. Oakley. Ostenta a seguinte dedicatória: “Illustrissimo DD. Francisco Carneyro de Figueyroa, Universitatis Conimbricensis Rectori, vigilantissimo que Reformatori, nec non dignissimis ejusdem Academiae Professoribus, Ichonographiam hanc, ad Hortum Botanicum erigendum in Scientiae Naturalis, et Medicinae Facultatis augmentum, humilime dicat, dedicat que Dr. Jacob a Castro Sarmiento, Medicus Lusitanus, Collegii Regalis Medicorum Londinensium Collega, Regiae que Societatis Socius Anno MDCCXXXI” (Ms. 3180, Planta n.º 30). Domingos Vandelli menciona o Projecto, em 1771, no Catálogo do Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda, o *Hortus Olisiponensis Exhibens Plantas Exoticas Horti Regii Specimenque Historie Naturalis Lusitaniae Cum Novis Generibus et Specibus*, BN (Biblioteca Nacional) Cod. 3750: “Jacobus a Castro Sarmiento Conibricensi Universitati illud proposuit eiusque ichonographiam typis commisit”. Consultem-se igualmente H. Amorim Ferreira, *Relações científicas entre Portugal e a Grã-Bretanha*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1943 (pp. 13-14); e J. S. da Silva Dias, *ob. cit.* (pp. 326-327).

Anos depois, já no ocaso do joanismo, a obra moderna e estrangeirada por excelência, o *Verdadeiro Método de Estudar* – com as suas polémicas e escandalosas propostas filosóficas e pedagógico-científicas – caiu em Portugal como uma bomba. Mas aglutinou igualmente opiniões, deu resposta a anseios, conceitos e problemas já anteriormente sentidos, e produziu o choque psicológico das elites cultas, trazendo para a praça pública ideias e questões dantes confinadas ao murmúrio dos cenáculos ou à meia voz dos livros. Também aqui, uma vez mais, é possível colher uma abordagem explícita à adopção do estudo das ciências da natureza e à construção de equipamentos didácticos e museológicos, quer em academias científicas, quer no ensino universitário da medicina. Para Luís António Verney (1713-1792), no entanto, o figurino institucional a perfilhar para a “utilidade da Republica” só poderia ser aquele em que o dinheiro e a protecção régias assegurassem a oficialização dos novos saberes, isto é, em que – a exemplo de outros governos europeus – fosse possível a consagração do novo paradigma das Luzes (o experimentalismo, o racionalismo e a aceitação do progresso como realidade primordial do espírito humano) conquistando-se o domínio político para os projectos de renovação da cultura portuguesa.⁸

José Leite de Vasconcelos atribui ao projecto de conservação *ex-situ* de monumentos antigos, protagonizado pela Academia da História – de acordo com as determinações do Alvará real de 20 de Agosto de 1721 – a designação de “primeiro museu nacional de arqueologia”.⁹ A importância histórica do diploma joanino, criador de doutrina ao teorizar sobre princípios de salvaguarda do património edificado e, sobretudo, de bens culturais móveis, é ainda hoje largamente enaltecida no âmbito das Ciências do Património. O preâmbulo do *Alvará em forma de Ley* justificava a oportunidade do diploma como resposta régia à representação da Academia, cujos historiadores se viam permanentemente confrontados com a míngua de documentos

⁸ Luís António Verney, *Verdadeiro metodo de estudar para ser util à republica, e à igreja*, Valença, Na Oficina de Antonio Balle, 1746, t. I (p. 388); t. II (pp. 279-280). Sobre esta obra veja-se J. S. da Silva Dias, *ob. cit.* (pp. 386 e ss.). O poder político haveria de reconhecer oficialmente o contributo pedagógico da obra de Verney, pouco tempo antes da sua morte: “S.M. tendo em attenção ao bem que a tem servido, e servio ao Senhor Rei D. José, seu Augusto Pai, Luiz Antonio Verney, em muitos negocios particulares da maior importancia, e ao zelo com que procurou promover os bons Estudos nestes Reinos por meio dos seus Escritos: houve por bem, por decreto de 11 de Setembro de 1790, condecorallo, e honrallo, nomeando-o Deputado Honorario da Meza da Consciencia e Ordens” (*Gazeta de Lisboa*, 28 de Setembro de 1790).

⁹ “Da numismática em Portugal”, *Arquivo da Universidade de Lisboa*, vol. IX, 1923 (pp. 96-97).

na e estrangeirada por
ias polémicas e escan-
s – caiu em Portugal
iões, deu resposta a
os, e produziu o cho-
pública ideias e ques-
à meia voz dos livros.
abordagem explícita à
ação de equipamentos
is, quer no ensino uni-
3-1792), no entanto, o
Republica” só poderia
arassem a oficialização
s governos europeus –
Luzes (o experimenta-
o realidade primordial
co para os projectos de

onservação *ex-situ* de
a História – de acordo
le 1721 – a designação
portância histórica do
re princípios de salva-
as culturais móveis, é
ncias do Património.
a a oportunidade de
mia, cujos historiado-
íngua de documentos

ca, e à igreja, Valença, Na Ofi-
obra veja-se J. S. da Silva Dias,
te o contributo pedagógico da
ção ao bem que a tem servido,
a muitos negocios particulares
studos nestes Reinos por meio
790, condecorallo, e honrallo,
Gazeta de Lisboa, 28 de Setem-

1923 (pp. 96-97).

antigos, facto que atribuíam à ignara acção das populações.¹⁰ A lei joanina dispunha a criminalização de comportamentos e atitudes que, activa ou passivamente, contribuíssem para a destruição dos monumentos antigos, tais como “dasattenção, negligencia, ou malicia”. A tutela das antiguidades encontradas no território nacional passava a ser atribuição da Academia da História, sendo as Câmaras Municipais responsabilizadas pela sua salvaguarda. Dispondo de autonomia financeira que lhe provinha da subvenção real, a Academia poderia decidir-se – depois de alertada pelas autoridades locais para a descoberta de novas antiguidades – pela sua aquisição. No caso de bens mais sensíveis à depredação (lâminas de metal, chapas, ou medalhas, ou moedas de ouro, prata ou cobre), o legislador impunha a compra imediata aos particulares a fim de se evitar o seu destino mais comum, ou seja, a fusão.¹¹

Este quadro legal pressupunha o depósito dos bens colectados por todo o país em edifício próprio, onde se pudesse proceder à sua conveniente musealização.¹² Criada no ano anterior, a Academia da História via-se assim

¹⁰ *Alvará em fórma de Ley (20 de Agosto de 1721)*, BPE (Biblioteca Pública de Évora), CXVI/2-20, fls. 161 v.º-164. A questão do acesso às fontes documentais foi sempre um aspecto de muita sensibilidade na actividade editorial da Academia, de tal forma que se reforçou o número de funcionários da Torre do Tombo capazes de auxiliarem os académicos nas suas pesquisas. Das abundantes referências da *Gazeta de Lisboa* a este propósito, cite-se a de 6 de Março de 1721 pelo seu interesse: “(...) Tem-se impresso varios actos da Academia, e entre outros o Systema, que se deve observar em huma e outra historia. Os Academicos vaõ compondo varias dissertaçoens para a perfeição della, e vaõ chegando das Provincias muytos documentos, e noticias”.

¹¹ Exemplo curioso e ilustrativo da acção benéfica do *Alvará* na salvaguarda destes bens é noticiado no jornal oficial: “Na freguezia de Santa Christina, huma legoa distante da cidade de Braga, e duas da Villa de Guimaraens, querendo hum Camponez, chamado Antonio Rodrigues, plantar hum bacello perto de huma casa, que fez, deu com huma lagem, e levantada esta, com duas panellas cheas de medalhas Romanas dos Emperadores Dioclesiano, Maximiano, Constantino, Constancio, e dos Tyrannos Licencio, e Maxencio, todas muy bem conservadas, as quaes livrou de serem fundidas por hum ourives, a quem se tinham vendido, Thadeo Luiz Antonio Lopes de Carvalho, Senhor de Abadim, e Negrellos, Academico da Academia Real, que as participou á mesma Academia ao Excellentissimo Conde da Ericeira, e a outras pessoas curiosas da Corte, fazendo-lhes presente de algumas” *Gazeta de Lisboa*, 22 de Maio de 1738 (p. 252). Outro exemplo noticiado pela *Gazeta de Lisboa*: “No sitio das Baralhas, limite do lugar das Lapas, entre esta povoação, e a vila de Torres novas, andando huns trabalhadores cavando huma terra para meter bacêlo, se descobriram muitas moedas de metal com as efigies dos Imperadores Honorio, e Teodosio; e continuando na cava se descobriram canos, que mostravam ser de algum aqueducto, e muitos cunhaes de pedra lavrada; e finalmente se desenterraram 60 carradas de pedra, que haviam servido em hum edificio antigo, de que infere Francisco Xavier de Arez de Vasconcelos, pessoa nobre da vila de Torres novas, e das mais curiosas, e antiquarias da comarca de Santarém (que nos participou esta noticia com algumas das moedas, que se acharam) haver estado naquele sitio a Cidade de Concordia, que foy huma das Colónias, que os antigos romanos tinham na Lusitania” (16 de Abril de 1748). Vide, também, a *Gazeta de Lisboa*, 27 de Junho de 1748, sobre o achado de moedas do Imperador Constantino Magno e de D. João I, no Minho.

¹² Ao anunciar a fundação da Academia da História, o jornal oficial indica expressamente que o soberano “nomeou huma casa no Paço da Serenissima Casa de Bragança, a donde se fez a primeyra Conferencia” (*Gazeta de Lisboa*, 12 de Dezembro de 1720, p. 400).

na posse de instrumentos legais capazes de evitar a contínua degradação dos testemunhos materiais da memória (escultóricos, epigráficos, numismáticos) indispensáveis ao empreendimento académico de narrativa histórica. A sua eficácia legislativa transparece não só das “Noticias das conferencias” constantes dos vários volumes das *Memorias*, mas também do “Livro 2.º da correspondência expedida e recebida”, com numerosas alusões a moedas, inscrições, monumentos, etc.¹³ Por outro lado, permitiu em várias regiões do país conhecer um grande número de documentos que vieram a servir de base para estudos de história local, e possibilitou ainda encontrar restos arqueológicos que, em muitos casos, puderam ser salvos da destruição, constituindo a decisão régia um estímulo para se erguer o primeiro inventário artístico do Reino.¹⁴ Daqui terá resultado, nos vinte e nove anos restantes do reinado de D. João V, a musealização de grande número de objectos arqueológicos em mármore e em diferentes metais, descobertos em escavações casuais em diversas partes do país, mas principalmente no Alentejo.¹⁵ A utilidade e actualidade da lei seriam reconhecidas, já na centúria seguinte, pelo *Alvará com força de Lei* de 4 de Fevereiro de 1802. Considerando em vigor as disposições de 1721, o Príncipe Regente D. João retomava oficialmente uma nunca interrompida tradição da museologia setecentista. Só que agora, extinta a Academia da História, o testemunho seria entregue à Real Bibliotheca de Lisboa (a Livraria Pública instalada no Terreiro do Paço desde 1796), a ela cabendo a tarefa de formar “huma grande Collecção de Peças de Antiguidade e raridade”.¹⁶

A atracção pelo universo da natureza é igualmente detectável entre os coleccionadores joaninos, tanto quanto entre os seus contemporâneos peninsulares e europeus¹⁷, tipificando bem valores culturais e aspirações colectivas em trânsito (do Barroco às Luzes) e ilustrando a irrupção de interrogações científicas de tipo novo. Mas, nesta primeira metade de setecentos não estamos ainda em presença, entenda-se, da gramática museológica enciclopedista

¹³ Cf. *Collecção dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza, 1721-1734*; e, Afonso do Paço, *A Academia Real da História portuguesa e a sua lei de protecção a monumentos arqueológicos*, 1958 (p. 32).

¹⁴ Cf. J. Verissimo Serrão, *A historiografia portuguesa*, III vol., Lisboa, Verbo, 1974, (pp. 71-72).

¹⁵ *Relatorio e mappas acerca dos edificios que devem ser classificados monumentos nacionaes apresentados ao Governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes em conformidade da Portaria do Ministério das Obras Públicas de 24 de Outubro de 1880*, 1881.

¹⁶ *Colecção da Legislação Portugueza. Desde a ultima compilação das ordenações (1800-1807)*, 1807.

¹⁷ Cf. Maria Bolaños, *Historia de los museos en España. Memoria, cultura, sociedad*, Gijón, Ediciones Trea, 1997, (pp. 107 e ss.), Kriysztof Pomian, *Collectionneurs, amateurs et curieux. Paris, Venise: XVIIe - XVIIIe siècle*, Paris, Galimard, 1987, (pp. 143 e ss.), Paula Findlen, *Possessing Nature. Museums, collecting and scientific culture in Early Modern Italy*, Berkley, California University Pres, 1996.

ua degradação dos tes-
áficos, numismáticos)
rativa histórica. A sua
s conferencias” cons-
lo “Livro 2.º da corres-
ções a moedas, inscri-
várias regiões do país
n a servir de base para
r restos arqueológicos
o, constituindo a deci-
ventário artístico do
estantes do reinado de
ctos arqueológicos em
ções casuais em diver-
A utilidade e actuali-
, pelo *Alvará com força*
igor as disposições de
nte uma nunca inter-
ra, extinta a Academia
eca de Lisboa (a *Livra-*
ela cabendo a tarefa de
e raridade”.¹⁶

te detectável entre os
ntemporâneos penin-
e aspirações colectivas
pção de interrogações
le setecentos não esta-
ológica enciclopedista

Real da Historia Portugueza,
essa e a sua lei de protecção a

1974, (pp. 71-72).

mentos nacionaes apresentados ao
es em conformidade da Portaria

s (1800-1807), 1807.

ciudad, Gijón, Ediciones Trea,
x. Paris, Venise: XVIIe - XVIIIe
ature. Museums, collecting and
1996.

e iluminista. Aqui, nestes pequenos gabinetes privados, impera a desordem, tão ao gosto maneirista, na exibição dos *naturalia et artificialia*. O ambiente da colecção, fruto de recolhas não especializadas, vive de uma grande ideia, de um grande e utópico desígnio – reconstituir o Universo numa só sala. Microcosmos magicamente apartado da realidade, cujo centro físico imaginamos ocupado pelo próprio coleccionador, tal como é pictoricamente representado em inúmeras alegorias de origem flamenga.¹⁸

A aspiração à síntese (perseguida desde a Antiguidade), entre Arte e Natureza, conduz estes gabinetes de curiosidades (a *wunderkammer* alemã, ou a *camera di meraviglie* e o *studiolo* italianos) ao entesouramento extravagante de objectos raros e monstruosos. A cultura da curiosidade neles revia as anomalias da Natureza, explorando um efeito visual que exaltava o prodígio da Criação. Alguns julgam vislumbrar, afinal, neste olhar maravilhado um dos momentos altos do conhecimento, uma aventura intelectual na qual o gosto pela raridade e a fruição estética convivem com a necessidade de conhecer os grandes fenómenos da Natureza, num irrepetível ponto de equilíbrio entre Arte e Ciência.¹⁹ A personalidade que mais bem interpretou este coleccionismo pioneiro e experimental, antes mesmo dos investimentos de prestígio do rei Magnânimo, foi D. Francisco Xavier de Menezes (1673-1743), 4.º Conde da Ericeira, seguindo aliás os passos de seu pai, D. Luís de Menezes (1632-1690). Na realidade, o autor do *Portugal Restaurado*, já em meados do século XVII, tinha iniciado no Palácio da Anunciada, na Paróquia de S. José, em Lisboa, um Gabinete de curiosidades naturais²⁰, bem como uma biblioteca que chegou a possuir mais de quinze mil volumes e que se achava ornamentada com globos e instrumentos matemáticos, e com colecções de antiguidades e de numismática. Os Menezes possuíam ainda uma preciosa galeria de pintura,

¹⁸ “Au début du XVII e siècle apparaît à Anvers un genre pictural singulier, inauguré par Frans Francken le Jeune et Jan Bruegel de Velours, et cultivé ensuite par de nombreux artistes flamands: la peinture de cabinets, représentation à la fois descriptive et allégorique des lieux de collections. Ce phénomène reflète l’extraordinaire développement du collectionisme dans cette ville florissante, où il est encouragé par les Habsbourg” (Roland Schaer, *L’invention des musées*, Paris, Gallimard/Réunion des Musées nationaux, 1993, p. 20). O Museu do Prado, Madrid, é particularmente rico neste género pictórico.

¹⁹ Cf. Adalgisa Lugli, *Naturalia et mirabilia. Il collezionismo enciclopedico nelle Wunderkammern d’Europa*, Milão, Mazzotta, 1990 (p. 9).

²⁰ Fazendo em 1742 (1.ª ed.) o roteiro dos mais importantes gabinetes de história natural, Desallier d’Argenville (*Conchyologie, ou histoire naturelle des coquilles de mer, d’eau douce, terrestres et fossiles*, Paris, Guillaume de Bure, 1780, 3.ª edição, t. I, p. 320) escrevia que “On distinguoit (...) à Lisbonne le cabinet du feu Comte d’Ericiera, Chef de l’Académie de cette Ville & pere du Viceroy des Indes orientales. Outre sa bibliothèque & les médailles qui étoient en grand nombre, il possédoit en histoire naturelle des choses rares & qui méritoient d’être recherchées par les amateurs”. Veja-se também I. Vilhena Barbosa, “Museus criados em Portugal até ao fim do século XVIII”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.ª série, t. IX, vol. 10, 1903 (pp. 26-35).

onde se viam representados Correggio, Tiziano, Rubens e Le Brun. A decoração – na qual se teriam envolvido, segundo relatos da época, os nomes de Bernini (autor da célebre fonte do Palácio) e de Le Nôtre – ostentava um requintado gosto barroco, de acordo com a atmosfera intelectual que ali se respirava, nomeadamente em matéria literária.²¹

Baltazar da Silva Lisboa, em testemunho de 1786²², exalta a riqueza e a raridade das colecções naturais existentes no Paço Real da Ribeira e no Paço dos Duques de Bragança, ao Chiado.²³ O monarca português foi, na realidade, um coleccionador do seu tempo, capaz de se interessar pelos objectos museológicos da moda, mesmo que para tanto tivesse de expender pequenas fortunas na aquisição de espécies altamente cotadas pela sua raridade. Anos antes, em 1742, o naturalista A. Desallier d'Argenville, na sua *Conchyliologie, ou Histoire naturelle des coquilles de mer, d'eau douce, terrestres et fossiles* já se referia com minúcia a alguns dos mais célebres objectos depositados em Lisboa no gabinete real de história natural²⁴, como o *Conus cedonulli* Linnaeus, variedade malacológica proveniente das Índias Ocidentais, muito apreciada na época, atingindo valores muito elevados pela sua inextinguível raridade. Por outro lado, e este é um dado decisivo para explicar o absoluto valor científico do exemplar adquirido por D. João V,

²¹ Cf. Ofélia Paiva Monteiro, “No alvorecer do ‘Iluminismo’ em Portugal: D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde da Ericeira”, *Revista de História Literária de Portugal*, vol. I, 1962 (pp. 191-233).

²² *Discurso historico, politico, e economico dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil*, 1786 (pp. 9-10).

²³ “El-rei D. João V, por occasião do seu casamento, em 1708, ornamentou com mais riqueza as salas do paço da Ribeira, e augmentou e aformeseou o jardim do mesmo paço, adornando-o com grandes viveiros, que povoou de aves, que mandou vir de África e do Brasil. Passados anos, em 1726, comprou aos condes de Aveiras e da Ponte as quintas e palácios, que estes fidalgos possuíam em Belém. Reuniu em uma só as duas quintas, e entre as obras e plantações, com que as enobreceu e embelezou, mandou construir um páteo cercado de jaulas, e um jardim guarnecido de magníficos viveiros, de construção elegante e apropriada á habitação de aves, que demandam agasalho no inverno. A nossa África Ocidental forneceu as feras, com que se povoaram as jaulas; e essa mesma região e o Brasil as aves de variados tamanhos e matizes, que vieram dar animação e brilho aos viveiros. Anos depois, procedendo-se á reconstrução dos paços da Ribeira, o seu jardim, que occupava parte do terreno, em que actualmente vemos o Arsenal da Marinha e suas dependencias, foi ornamentado com mais vastos e mais sumptuosos viveiros, que em breve se encheram de nova espécies de formosas aves exóticas. A predilecção d’el rei D. João V pelas colecções ornitológicas não só fez com que se conservassem bem povoados, renovando-se amiudadas vezes, os viveiros deste jardim, e os da real Quinta de Belem, mas tambem com que se difundisse aquele gosto entre as familias nobre da sua corte” (I. Vilhena de Barbosa, *Apontamentos para a historia das colecções e dos estudos de zoologia em Portugal*, Lisboa, Typ. de Christovão Augusto Rodrigues, 1885, pp. XII-XIII).

²⁴ A importância conferida na época a esta obra também poderá ser medida pelo facto de, por exemplo, ter sido adquirida pelo professor Domingos Vandelli para o Museu de História Natural da Universidade (Cf. *Nota dos livros vendidos pela Firma Borel, Borel & C.ª ao Dr. Domingos Vandelli (1784)*, Arquivo da Universidade de Coimbra, Museu da História Natural). Muito provavelmente terá sido este o exemplar que o aluno de Vandelli, Baltazar da Silva Lisboa, utiliza como referência (eventualmente a 3.ª edição, póstuma, de 1780, cuja edição também utilizamos aqui). A 2.ª edição, ainda em vida do autor, é de 1757.

e Le Brun. A decoração
a, os nomes de Bernini
tentava um requintado
al que ali se respirava,
xalta a riqueza e a rari-
Ribeira e no Paço dos
s foi, na realidade, um
s objectos museológicos
uenas fortunas na aqui-
anos antes, em 1742, o
ie, ou *Histoire naturelle*
referia com minúcia a
no gabinete real de his-
de malacológica prove-
tingindo valores muito
este é um dado decisivo
quirido por D. João V,

D. Francisco Xavier de Mene-
I, 1962 (pp. 191-233).

Filosofia Natural Portuguesa,
10).

1 com mais riqueza as salas do
o, adornando-o com grandes
ados anos, em 1726, comprou
s possuíam em Belém. Reuniu
enobreceu e embelezou, man-
magníficos viveiros, de consi-
ho no inverno. A nossa África
na região e o Brasil as aves de
viveiros. Anos depois, proce-
ava parte do terreno, em que
amentado com mais vastos e
de formosas aves exóticas. A
om que se conservassem bem
da real Quinta de Belem, mas
sua corte” (I. Vilhena de Bar-
em Portugal, Lisboa, Typ. de

la pelo facto de, por exemplo,
História Natural da Universi-
r. *Domingos Vandelli (1784)*,
uito provavelmente terá sido
za como referência (eventual-
aqui). A 2.ª edição, ainda em

ele parece ter sido o representado no *Thesaurus* de Seba e foi nessa figura que Lineu, explicitamente, se baseou para a descrição da espécie.²⁵

A ascensão de Carvalho e Melo ao poder assinala um novo contexto de recepção das ideias de renovação da cultura na sociedade portuguesa. A Coroa abriu-se aos novos interesses económicos e sociais, e a penetração da ciência moderna, cuja pedra de toque foi a aproximação às ciências exactas e naturais, selou o compromisso entre intelectuais ilustrados e políticos absolutistas. Deste modo, obtida a colagem do domínio político aos novos paradigmas científicos, o obstáculo epistemológico, que impedira a “oficialização” das Luzes, foi igualmente superado.²⁶ Assim, por exemplo, os Estatutos do Colégio dos Nobres, publicados em 1761, incluem programas e métodos científicos propostos por Ribeiro Sanches nas *Cartas sobre a educação da mocidade*²⁷ e, com vista à sua leccionação, recrutam-se universitários italianos cujo papel na história das instituições científicas e museológicas setecentistas se revelará decisivo.²⁸ É nesta mesma década de sessenta que – pretextando-se a educação filosófica dos príncipes D. José e D. João – se dá início à construção do Museu de História Natural e se traça o Jardim Botânico, junto ao Paço de Madeira no Alto da Ajuda.²⁹

²⁵ Um exemplar desta espécie foi exibido na exposição temporária “O fascínio das Conchas”, Museu do Mar – Rei D. Carlos, Cascais, Maio-Junho de 1999.

²⁶ Cf. J. S. da Silva Dias, “Pombalismo e teoria política”, in *Cultura. História e Filosofia*, vol. I, 1982 (pp. 45-114) e “Cultura e obstáculo epistemológico. Do Renascimento ao Iluminismo em Portugal”, in *A abertura do mundo. Estudos de história dos descobrimentos portugueses*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 1987 (pp. 41-52).

²⁷ Os Estatutos do Colégio dos Nobres foram publicados a 7 de Março de 1761 e incluíam disciplinas como a Física Experimental e a Astronomia. Em 10 de Novembro de 1772 foi nele abolido o ensino das disciplinas científicas que já não se praticavam e com as quais se acabou de vez; todo o material didáctico foi transportado para Coimbra a fim de, com ele, se organizar o Gabinete de Física Experimental (Cf. Rómulo de Carvalho, *História da fundação do Colégio Real dos Nobres (1761-1722)*, Coimbra, Atlântida, 1959).

²⁸ Veja-se, por exemplo, uma boa síntese e uma lista dos ‘insegnanti italiani in Potogallo sulla fine del sec. XVIII’, em Pierandrea Saccardo, “Della parte ch’ebbe la scienza italiana nella riforma dell’istruzione superiore del Portogallo nel Settecento”, in *Atti e Memorie da Real Accademia di Scienze, Lettere et Arti in Padova*, Pádua, vol. XVII, 1900-1901 (pp. 35-47) “(...) Da tutto quanto sono venuto esponendo (...) appare manifestissimo che una vera pleiade di scienziati italiani e particolarmente veneti fu nella seconda metà del settecento chiamata dal governo portoghese a impartire nuovi insegnamenti, a migliorare i già esistenti, a fondare gabinetti, musei, orti botanici, a restaurare e riorganizzare insomma tutta l’altra istruzione di quel regno. Come questi dotti italiani abbiano corrisposto all’onorevole invito dovrebbe dimostrarsi con un attento esame dei progressi conseguiti successivamente da quella nazione nella civiltà e nella scienza (...)” (p. 45).

²⁹ “Ao notável arquitecto e cenógrafo italiano [de Bolonha] João Carlos Bibiena († 1760), em Portugal desde o ano de 1753 ao serviço do rei D. José, se deve a planta e o risco do novo Paço da Ajuda, assim como da Capela real, “tudo abarracado” como informa o cronista e pintor Cirilo Wolkmar Machado. (...) A “Real Barraca”, ricamente decorada com tapeçarias e pinturas, com os seus jardins e capela, um museu e uma biblioteca, foi teatro de festivos ou trágicos acontecimentos durante quatro décadas, até que numa noite de Inverno de 1794 um pavoroso incêndio a transformou num monte de escombros” (Ayres de Carvalho, *Palácio da Ajuda*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973). Vide, igualmente, do mesmo autor *Os três arquitectos da Ajuda. Do “Rocaille” ao “Neoclássico”*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1979 (pp. 13-35).

A refundação da Universidade (expressão significativamente utilizada por Pombal) representou a consagração de uma nova cultura europeia em Portugal, cujos sinais mais visíveis foram a completa secularização do ensino ministrado, a revisão curricular (“o restabelecimento dos estudos”)³⁰ da Faculdade de Medicina e a criação de duas novas Faculdades Naturais, a de Matemática e a de Filosofia Natural³¹. Seria, aliás, no âmbito da introdução dos estudos naturais que se fundariam dois estabelecimentos museológicos universitários, o Museu de História Natural e o Jardim Botânico. Na Faculdade de Medicina a autoria dos estatutos é unanimemente atribuída ao médico português, então residente em Paris, António Nunes Ribeiro Sanches³². Anos antes, em 1763, deixara expressas com minúcia as ideias que sustentava a propósito do *Metodo para aprender e estudar a medicina, illustrado com os apontamentos para estabelecerse huma universidade real na qual deviam aprender-se as sciencias humanas de que necessita o estado civil e politico*. Muito embora Ribeiro Sanches fosse visivelmente defensor da subalternidade disciplinar dos estudos naturalistas face à medicina e encarasse, por isso, os museus de história natural e os jardins botânicos como estabelecimentos museológicos a integrar naquela faculdade

³⁰ Expressão utilizada por Pombal em carta de Dezembro de 1773, para Coimbra, in AUC (Arquivo da Universidade de Coimbra), *Jardim Botânico. Docs. Avulsos. 3.ª Secção. Plantas e Desenhos*, transc. por Lúcia Cruz, *Domingos Vandelli. Alguns aspectos da sua actividade em Coimbra*, Coimbra, Sep. do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1976 (p. 81). As cotas do AUC utilizadas pela autora foram entretanto alteradas.

³¹ “Na universidade de Coimbra, o Marquês de Pombal através do seu projecto reformador terá de alguma maneira tentado conjugar o progresso científico com o ensino e por isso pensamos que a reforma de 1772, posta em prática pela letra dos novos estatutos da Universidade, representou a mais importante tentativa europeia no sentido de inculcar na Universidade, o novo espírito científico” (Isabel Nobre Vargues, *A “Ode a Fileno” e a reforma da universidade de 1772*, 1982, p. 258, apud João Carlos Brigola, *Ciência e Política. Do Pombalismo ao Liberalismo. Francisco Simões Margiochi*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à F.C.S.H. da U.N.L., (Policopiada), 1990, p. 150); “Em vez de ser um fruto extemporâneo, como alguns a viram, a reforma é, pelo contrário, o retrato de uma época. Ela é, provavelmente, a imagem mais avançada, mais europeia que Portugal poderia ter dado na altura, sem que por isso deixem de reflectir nela realidades de sinal contrário, no que não se afasta do que caracteriza as estruturas de outras monarquias absolutas do Ocidente da Europa.” (Maria Eduarda Cruzeiro, *A reforma pombalina na história da universidade*, 1988, p.190, apud João Carlos Brigola, *ob. cit.*, p. 150).

³² Acusado pela Inquisição de práticas judaizantes, Ribeiro Sanches (1699-1782) saiu de Portugal em 1726 e, apesar de ter sempre mantido intensos contactos pessoais e epistolares com vários portugueses, nunca mais voltaria à pátria. Apadrinhado por Boerhaave, de quem fora discípulo na Holanda, exerceu medicina na Rússia, ao serviço do exército e da coroa. Ali permaneceu entre 1731 e 1747, adquirindo imenso prestígio científico. Depois daquela data, passou a residir em Paris. A autoria dos estatutos da Faculdade de Medicina, ou pelo menos o cunho das suas ideias, é-lhe atribuída por vários autores como, por exemplo, Simão José da Luz Soriano, *Revelações da minha vida e memorias de alguns factos, e homens meus contemporâneos*, 1860, p. 245, apud João Carlos Brigola, *ob. cit.* (p. 125).

ficativamente utilizada
va cultura europeia em
pleta secularização do
belecimento dos estu-
duas novas Faculdades
. Seria, aliás, no âmbito
n dois estabelecimentos
atural e o Jardim Botâ-
tutos é unanimemente
i Paris, António Nunes
pressas com minúcia as
a aprender e estudar a
delecerse huma universi-
nanas de que necessita o
ches fosse visivelmente
aturalistas face à medi-
ral e os jardins botâni-
rar naquela faculdade

Coimbra, in AUC (Arquivo da
Plantas e Desenhos, transc. por
m Coimbra, Coimbra, Sep. do
JC utilizadas pela autora foram

o projecto reformador terá de
ino e por isso pensamos que a
Universidade, representou a mais
o novo espírito científico” (Isa-
e 1772, 1982, p. 258, apud João
ncisco Simões Margiochi, Lisboa,
ada), 1990, p. 150); “Em vez de
lo contrário, o retrato de uma
a que Portugal poderia ter dado
l contrário, no que não se afasta
Ocidente da Europa.” (Maria
1988, p.190, apud João Carlos

699-1782) saiu de Portugal em
pistolares com vários portu-
gem fora discípulo na Holanda,
permaneceu entre 1731 e 1747,
e residir em Paris. A autoria dos
ideias, é-lhe atribuída por vários
minha vida e memorias de alguns
gola, ob. cit. (p. 125).

(destinados exclusivamente à didáctica médica)³³, certo é que o pragmatismo pombalino dele aproveitaria o essencial da doutrina, ou seja a imprescindibilidade da sua edificação com vista à utilização pelas três faculdades do Curso de Ciências Naturaes e Philosophicas. Importa sublinhar neste texto uma ideia já então praticada noutros países europeus e que haveria de ser incorporada, sobremaneira no pós-pombalismo, na estratégia governamental de articulação entre naturalismo económico, comércio ultramarino, conhecimento científico e equipamentos museológicos. Referimo-nos às viagens *philosophicas* que Sanches coloca na esfera de responsabilização profissional dos médicos naturalistas. Noutro passo da mesma obra, alicerçado nas experiências museológicas europeias de matriz enciclopédica e iluminista revela um lúcido entendimento dos novos problemas colocados à instituição museal quer pelo acelerado avanço dos conhecimentos científicos, quer pela necessidade económico-social do seu ensino e difusão. De facto, se comparado com o ideário de outros modernos (Jacob Sarmiento e Verney) – cuja principal contribuição fora a defesa do modelo institucional na criação de museus de história natural e de jardins botânicos devendo, sempre, a Coroa patrociná-los no âmbito do ensino universitário ou do academismo científico – o seu pensamento representa-se mais complexo e, por isso, mais marcante a sua influência no delinear do modelo museológico da segunda metade de setecentos. Evidenciando uma clara percepção da mudança fundamental que, por aqueles anos, se assistia na história do *museu*, isto é, o conceito de iniciativa pública contraposto ao de colecionismo privado³⁴, Ribeiro Sanches insiste no tradicional carácter educativo da instituição, só que alargado agora aos não especialistas. Mas a expressão pública da divulgação da ciência impunha, em coerência, a formação e o recrutamento de

³³ Esta foi uma linha dominante no pensamento científico europeu, desde o século XVI: “Il legame com la medicina, insieme com la maggiore facilità di osservazione, raccolta e conservazione, favorisce il maggiore sviluppo della botanica rispetto alla zoologia: non a caso molti orti botanici sorgono presso scuole di medicina” (Antonello La Vergata, “La storia naturale e le classificazioni”, in *Storia della scienza moderna e contemporanea. Dalla rivoluzione scientifica all'età dei lumi*, Turim, UTET, 1988, p. 781). Aliás, o próprio Pombal ao justificar a necessidade de terrenos para edificar o horto botânico universitário expressa-se nestes termos: “(...) Faço saber aos que esta Provisão virem: Que havendo o mesmo Senhor considerado, que os Estudos da Faculdade de Medicina, antes escurecidos, e infrutuozos na mesma Universidade; nem poderiam ser inteiramente restabelecidos, nem prometeriam os úteis, e necessarios progressos, a que, em beneficio da Conservação da Saude humana devem dirigir-se; sem que por meyo de solidos Estabelecimentos se instituíssem todos os outros Estudos, que preparam, auxiliam, e conduzem ao perfeito conhecimento das Disciplinas da sobredita Universidade: Que sendo entre aqueles conducentes Estudos, hum dos mais necessarios ao sobredito fim, o do Estabelecimento de hum Horto Botanico. Onde pelo Exame das Plantas e sério estudo das suas qualidades, se preparem os Estudantes de Medicina para adquirirem novas idéias, e novos conhecimentos Theoricos, e Practicos da sua respectiva Faculdade (...)” (*Provisão de 2 de Março de 1773*, AUC, IV - 1.ª D-2-2-4).

³⁴ “El tránsito del coleccionismo privado al museo público constituye un momento decisivo en la evolución de la institución, por encima de cualquier aspecto (...). Los avatares de fortuna de las colecciones, las variaciones en los gustos de las diversas épocas, las concepciones epistemológicas que inspiran su creación no modifican el principal carácter de los museos hasta ahora estudiados: ser una propiedad privada celosamente protegida por su dueño y pensada para su exclusivo disfrute” (María Bolaños, *Historia de los museos en España. Memoria, cultura, sociedad*, Gijón, Ediciones Trea, 1997, p. 117).

profissionais (os “mestres” e “guardas” no léxico do nosso autor) que pudessem assegurar a conservação, a investigação e a exibição dos espécimes. É igualmente perceptível o seu entendimento das alterações de ordem epistemológica verificadas no estudo da Natureza (a aspiração à descrição e classificação das espécies dos três reinos, à luz de uma taxonomia racionalizadora e totalizante como a de Lineu) e das repercussões assim impostas ao discurso museológico, nomeadamente ao nível da sistematização das colecções e nos modos de apresentação (exibir exaustivamente os objectos da normalidade, racionalmente expostos, por oposição às raridades extravagantes da cultura da curiosidade).

Neste contexto, referência obrigatória ao nome de Domingos Vandelli (1735-1816) cuja ligação, durante mais de quatro décadas, à fundação, instalação e direcção dos museus de história natural e jardins botânicos da Ajuda (1768-1810) e de Coimbra (1772-1791) faz dele, indiscutivelmente, o mais importante museólogo setecentista do nosso país. A Vandelli se devem, por exemplo, a rede internacional de contactos científicos dos nossos museus públicos com personalidades e instituições museológicas de toda a Europa; a colaboração especializada com o coleccionismo privado obtendo, de alguns proprietários, a doação de gabinetes para incorporação nas colecções públicas; a autoria da parte dos *Estatutos* da faculdade de Filosofia Natural dedicada ao ensino da Química e da História Natural, incluindo a criação dos respectivos equipamentos museais; a formação académica, em Coimbra, e a preparação profissional, na Ajuda, dos naturalistas com missões ultramarinas; a autoria de compêndios universitários, de instruções aos viajantes naturalistas, e de dezenas de alvitres, memórias e relatórios, além de numerosa correspondência oficial, de onde é possível extrair, se não um pensamento museológico teoricamente inovador, ao menos uma persistente reflexão, de carácter utilitarista, sobre os objectivos, as estratégias e as condicionantes da *praxis*, bem como propostas para a sua superação.³⁵

³⁵ Para uma aproximação à sua biografia consulte-se: Pierandrea Saccardo, “Di Domenico Vandelli e della parte ch’ ebbe lo Studio Padovano nella riforma dell’Istruzione Superiore nel Portogallo nel Settecento”, in *Atti e Memorie da Real Accademia di Scienze, Lettere et Arti in Padova*, Pádua, vol. XVI, 1899-1900 (pp. 71-85); Guido Battelli, *Domenico Vandelli e il Giardino Botanico di Coimbra*, Coimbra, Sep. da Revista *Biblos*, 1929; Biagio Longo, “Domenico Vandelli e la fondazione del primo orto botanico nel Portogallo”, in *Relazione storiche fra l’Italia e il Portogallo – Memorie e documenti*, Roma, Reale Accademia d’Italia, 1940 (pp. 403-408); Ruy Telles Palhinha, *Domingos Vandelli*, Coimbra, 1945, Sep. da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XV, 1945; Gianna Melli, “Un italiano in Portogallo – Domenico Vandelli”, *Estudos italianos em Portugal* (pp. 47-52), Lisboa, 1966; Lígia Cruz, *ob. cit.*, 1976; António Rosa Mendes, “O naturalista Domingos Vandelli. Novos elementos para a sua biografia”, *Clio*, vol. 5, 1984-85 (pp. 99-105); Marco Meriggi, “Domenico Vandelli. Vita ed opere”, in *Domenico Vandelli. Saggio d’istoria naturale del Lago di Como, della Valsasina e altri luoghi lombardi* (1763), Milão, Jaca Book, 1989 (pp. 13-56); e João Carlos Brigola, *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, FCG/FCT, 2003. Sobre os textos económicos vandellianos vejamos os excelentes estudos de: José Luís Cardoso, “Os escritos económicos e financeiros de Domingos Vandelli”, *Ler História*, n.º 13, 1988 (pp. 31-51); *Idem*, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII. 1780-1808*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989; e José Vicente Serrão (Introdução e direcção), *Domingos Vandelli – Aritmética política, economia e finanças*, Lisboa, Banco de Portugal, 1994.

osso autor) que pudessem
s espécimes. É igualmente
m epistemológica verifica-
m epistemológica verifica-
ssificação das espécies dos
e totalizante como a de
o museológico, nomeada-
odos de apresentação (exi-
onalmente expostos, por
idade).

de Domingos Vandelli
las, à fundação, instalação
ins botânicos da Ajuda
tivamente, o mais impor-
se devem, por exemplo, a
museus públicos com per-
pa; a colaboração especia-
is proprietários, a doação
is; a autoria da parte dos
o ensino da Química e da
equipamentos museais; a
rofissional, na Ajuda, dos
mpêndios universitários,
alvítreos, memórias e rela-
onde é possível extrair, se
lor, ao menos uma persis-
os, as estratégias e as con-
uperação.³⁵

lo, “Di Domenico Vandelli e della
ore nel Portogallo nel Settecento”,
lova, Pádua, vol. XVI, 1899-1900
co di Coimbra, Coimbra, Sep. da
ione del primo orto botanico nel
documenti, Roma, Reale Accade-
/andelli, Coimbra, 1945, Sep. da
li, “Un italiano in Portogallo –
a, 1966; Lúcia Cruz, *ob. cit.*, 1976;
elementos para a sua biografia”,
elli. Vita ed opere”, in *Domenico
a e altri luoghi lombardi* (1763),
gabinets e museus em Portugal no
dellianos vejam-se os excelentes
ros de Domingos Vandelli”, *Ler
em Portugal nos finais do século
Serrão* (Introdução e direcção),
Banco de Portugal, 1994.

Os escassos seis anos que decorrem entre o fim do pombalismo e o início das viagens de exploração científica aos territórios ultramarinos (1777-1783) assinalam uma mudança decisiva na natureza institucional dos estabelecimentos museológicos da Ajuda. O Real Museu e o Jardim Botânico mantêm os laços orgânicos à Casa Real, até pela proximidade física ao Palácio, e continuam a cumprir os objectivos cortesãos de instrução ilustrada dos príncipes e de espaço lúdico dos monarcas e do seu círculo convivial. Contudo, alargam-se visivelmente as atribuições funcionais conferidas pela Coroa no âmbito de estratégia governativa protagonizada por Martinho de Melo e Castro (1716-1795), ministro pombalino que resistira bem à renovação mariana e que continuava a assegurar a Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos.³⁶ Para a Ajuda passam a ser despachadas abundantes ordens, pela normal cadeia burocrática do Estado, associando esta repartição pública, com o seu crescente quadro de funcionários, a objectivos governamentais de carácter económico e político relacionados, fundamentalmente, com as viagens de reconhecimento do *topos* e da *physis* metropolitanos e ultramarinos, com manifesta prioridade para o território brasileiro. Há neste contexto de decisões estratégicas relativas ao papel dos estabelecimentos da Ajuda um dado que não pode ser subestimado – das Faculdades Naturais (Filosofia Natural, Medicina e Matemática) da Universidade reformada estavam a sair, por esses anos, os primeiros diplomados tecnicamente aptos a prosseguirem carreiras, já previstas e prometidas pelos *Estatutos*, entre as quais se destacava pela novidade a de *naturalista*. Os mestres tinham vindo a preparar uma elite académica, quase toda de origem brasileira, apetrechando-a com um corpo de instrumentos teóricos e práticos, sobretudo nas áreas da História Natural e da Química, que lhes garantia a legítima aspiração à profissionalização em cargos estatais: Joaquim Veloso de Miranda, Manuel Galvão da Silva, Alexandre Rodrigues Ferreira, João da Silva Feijó e Joaquim José da Silva, entre outros.³⁷

³⁶ W. J. Simon, *Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the Intellectual-Scientific Community of the late Eighteenth Century*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1983 (p. 9), afirma que: “Although it was widely believed that (...) would succeed Pombal in 1777, he remained in the same post from 1756 until his death in 1795”. No entanto, em notícia necrológica, um periódico coevo traça a carreira política do Ministro da seguinte forma: “Na noite de 14 de Março do presente ano, faleceu (...) o Ex.mo Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretario d’Estado dos Negócios da Marinha, e Domínios Ultramarinos; em 1753: Embaixador nas Províncias Unidas; em 1755: Embaixador em Londres; em 1763: Embaixador em Paris, e novamente em Londres; em 1770: Secretario de Estado dos Negócios Ultramarinos; em 1786-1788: M. Negócios Estrangeiros; Após a morte do M. de Angeja [1788] acumulou a Inspeção e Negócios da Marinha” (*Mercurio historico, politico e litterario de Lisboa*, vol. 6, Maio de 1795). Melo e Castro mantinha residência oficial na Ajuda, na Quinta do Meio (Palácio do Patio das Vacas), bem perto portanto dos estabelecimentos museológicos. Veja-se ainda Francisco de Borja Garção Stokler, “Elogio de Martinho de Mello e Castro”, in *Obras de...*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1805, t. I (pp. 248-282).

³⁷ Em 1777 tinham concluído os seus cursos de Filosofia Natural, Manuel Galvão da Silva e Joaquim Veloso de Miranda. No ano seguinte graduaram-se Alexandre Rodrigues Ferreira e João da Silva Feijó e também, provavelmente, Joaquim José da Silva (Cf. W. Simon, *ob.cit.*, 1983, pp. 13 e 79).

No complexo museológico e científico da Ajuda, a exiguidade do espaço físico inviabilizava um critério de exibição sistemático dos espécimes que se baseasse na sua metódica identificação e classificação taxonómicas. A reduzida área dos dois únicos compartimentos do Gabinete sempre se confrontou com a dificuldade em tornar explícito e visível a exposição material das colecções, de acordo com a ordem resultante dos novos princípios teóricos da História Natural setecentista: a colocação dos objectos em vitrinas, armários ou peanhas, a sua repartição por diversas salas, a proximidade que os reúne ou a distância que os separa não poderia ser já, como dantes, arbitrária, porque a Natureza tinha deixado de ser um mundo incompreensível e exuberante para apresentar-se, aos olhos de um século optimista, como um ente sensato nos procedimentos e disciplinado na sua actividade.³⁸ À luz deste novo paradigma, os objectos naturais eram considerados produtos de uma vontade criadora e – pressupondo-se que esta vontade os houvesse inserido numa grande cadeia de organismos, fixa no espaço e no tempo – estavam sujeitos a um processo de sacralização semelhante ao que hoje estão sujeitas as obras de arte. Ou seja, na medida em que os objectos naturais eram considerados produções directas do Criador, a ciência não podia senão limitar-se a dar conta da sua existência, procurando fazer delas uma descrição pormenorizada e descobrir, se possível, as relações que o Criador tinha entre elas estabelecido. Não surpreende, por isso, que durante todo o século XVIII e boa parte do século seguinte as exposições dos museus de história natural não pudessem ser *interpretativas*, limitando-se a exhibir inumeráveis séries de objectos visando o único fito então possível de ilustrar a variedade da Criação natural.³⁹

Parece indiscutível que, apesar da sua condição de anexo palaciano, a dimensão de serviço público da Ajuda foi, a partir da reorganização administrativa e científica dos anos noventa, considerada como um valor que importava criar e

³⁸ “Y van a ser los museos naturalistas los primeros y más adecuados para poner en marcha estos principios teóricos. Presididos por la ambiciosa idea de hacer visible la diversidad y las riquezas de la naturaleza, acumulan todos los productos posibles para tener muestras de la totalidad de las especies existentes, para, acto seguido, someterlas a una clasificación que reduce la diversidad aparente y desvelar así un orden oculto, por el que es posible hacer inteligibles los principios universales y simples que rigen su marcha.” (María Bolaños, *Historia de los museos en España. Memoria, cultura, sociedad*, 1997, p. 121.)

³⁹ Cf. Giovanni Pinna, *Fondamenti teorici per un museo di storia naturale*, Milão, Jaka Book, 1997 (p. 57). “Alguém disse que não há nada de mais aristotélico do que um museu de história natural. Foi Jean Brun, que com isso queria traduzir a influência enorme do filósofo grego, para quem o conhecimento era sobretudo uma questão de classificação e exprimir um mundo de entidades estáticas, hierarquizado e fixo. De facto, os museus de história natural tradicionais reflectem uma classificação, a ordem linneana, ou outra, toda feita de hierarquias, definições e compartimentações que traduziriam a ordem natural” (Germano F. Sacarrão, “Pedagogia da evolução e museus de história natural”, *Prelo*, n.º 16, Julho/Setembro 1987, p. 24).

, a exiguidade do espaço físico dos espécimes que se tornou taxonómicas. A redução sempre se confrontou com a posição material das colecções material das colecções princípios teóricos da História em vitrinas, armários ou estantes que os reúne ou a distância, arbitrária, porque a acessível e exuberante para como um ente sensato nos tempos. À luz deste novo paradigma de uma vontade que tivesse inserido numa época – estavam sujeitos a serem sujeitos as obras de arte eram considerados proibido limitar-se a dar conta da história pormenorizada e desde entre elas estabelecido. Não só no III e boa parte do século XIX natural não pudessem ser séries de objectos visando o ensino natural.³⁹

o contexto palaciano, a dimensão administrativa e o papel que importava criar e

para poner en marcha estos principios y las riquezas de la naturaleza de las especies existentes, la simplicidad aparente y desvelar así un mundo universal y simple que rigen su cultura, sociedad, 1997, p. 121.)

, Milão, Jaka Book, 1997 (p. 57). seu de história natural. Foi Jean Leclerc, para quem o conhecimento das entidades estáticas, hierarquicamente uma classificação, a ordem e as rimações que traduziriam a história de história natural”, *Prelo*,

preservar. O facto de se ter tornado visitável – com horário fixo e cumprimento de regras de civildade regulamentadas e divulgadas – determinará uma natureza nova nas relações do Real Museu e Jardim Botânico com a sociedade, na medida em que a partir desse momento se estabelecia um conjunto de obrigações sujeitas a avaliação pela opinião pública.⁴⁰ É também à luz deste pacto paternal firmado entre o soberano e os seus súbditos – enquadrável nos parâmetros culturais e políticos do *absolutismo esclarecido* – que devem ser inseridos quer os persistentes (mas nunca cumpridos) projectos de ensino de história natural, quer a colaboração técnico-científica com as mais variadas instituições museológicas, científicas e económicas. A estreita ligação entre a decisão de abertura das portas ao público e a utilidade social desta instituição museal de *Ancien Régime* surgirá repetidamente defendida pelo Director Félix de Avelar Brotero quando, após a revolução liberal, for confrontado com a incompreensão da câmara dos deputados e do governo face às origens áulicas dos anexos do Palácio de Madeira.⁴¹

O horário e o regulamento de abertura ao público irão sofrendo algumas flutuações de acordo com a política, de maior ou menor restrição, perfilhada por cada ‘Inspector Geral’. Contudo, talvez se possa traçar um padrão que se traduziu no livre acesso do público comum numa tarde fixa por semana (quase sempre a quinta-feira)⁴² e, ainda que sujeita a permissão especial, na autorização de entrada permanente à melhor aristocracia, aos estudiosos de história natural e aos diplomatas e viajantes estrangeiros.⁴³ Na definição dos horários e

³⁹ Documentos datados das primeiras décadas de oitocentos (da direcção de Brotero, 1811-1828, e das que se lhe sucederam até 1836) permitem-nos afirmar com segurança que a visita aos estabelecimentos da Ajuda passou a representar para muitos lisboetas, sobretudo de extracção popular, destino frequente dos seus passeios aos arredores. Havia em permanência a ‘guarda ordinária’ de três soldados à porta do Jardim, mas foi necessário, em certos momentos, “mais hum reforço de oito soldaddos e hum Cabo em todas as quintas feiras de tarde, os quaes se vião encarregados de vigiar então em tudo o que respeita á conservação dos productos naturaes do Museu e Jardim Botânico e na tranquillidade publica dentro destes Estabelecimentos, na conformidade das ordens que lhes fossem dadas para isso pelo respectivo Director”. No tempo de D. Miguel, o responsável pela instituição informava as autoridades da forte contestação de pessoas de todas as condições ao decretado encerramento dos estabelecimentos, por constituir uma afronta ao uso antigo de abertura pública. (*Ofício de Félix de Avelar Brotero ao ministro Joaquim Pedro Gomes de Oliveira (22 de Setembro de 1823)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 444, Cx. 555 (1821-1833); e *Ofícios do Escrivão da Fazenda do Real Museu ao Conde de Basto (7 de Setembro de 1830 e 2 de Março de 1832)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 444, Cx. 555, 1821-1833.)

⁴⁰ Sobre o debate havido nas Cortes vintistas a propósito do orçamento e da natureza real ou nacional dos estabelecimentos da Ajuda, vide *Diário das cortes da nação portugueza. Segunda legislatura*, t. I, 1823, Sessões de 11 e 16 de Janeiro (pp. 426-427; 437-439; 490-496).

⁴¹ “Pelo Director do Real Museo e Jardim Botânico se faz notorio que nas quintas feiras de todas as semanas se franquea ao Público o mesmo Real Museo e Jardim Botânico; e particularmente todos os dias ás pessoas instruidas que o quizerem frequentar, a fim de augmentarem os seus conhecimentos nesta parte” (*Gazeta de Lisboa*, 17 de Abril de 1804); “Nas quintas feiras de tarde he dia em que se pode ver o Museo, e Jardim Botânico” (*Almanach de Lisboa*, 1805, pp. 580-583).

das condições de acesso, a questão mais sensível prendia-se com o comportamento por vezes definido como 'incivil' e 'tumultuario' de alguns frequentadores, e com a apresentação 'indecente' das suas indumentárias. Por outro lado, não raro irrompiam conflitos de interesse entre o necessário cumprimento das tarefas quotidianas dos estabelecimentos e a devassa a que os espaços visitáveis se viam sujeitos, tal como resulta do historial narrado por Brotero que também percorrera aqueles espaços enquanto estudioso.⁴⁴ O primeiro anúncio público de abertura dos estabelecimentos da Ajuda é o aviso inserto na Gazeta de Lisboa de 6 de Outubro de 1798, e nele se divulgava franqueá-los ao 'Publico' todas as segundas e quintas-feiras de tarde, desde que observado o respeito pelo "continuado trabalho, que exige a sua economia, arranjo e asseio".⁴⁵ A fazer fé no testemunho do antigo Director do Gabinete de História Natural da Universidade de Perpignan, J. B.- F. Carrère, antes dessa data estariam de facto encerrados ao público, "só se podendo ali entrar mediante autorização".⁴⁶ Dois anos depois outro viajante francês, H. Ranque, já assegurava que o Museu e o Jardim Botânico "sont ouverts une seule fois par semaine".⁴⁷ O curto período durante o qual D. Rodrigo de Sousa Coutinho assumiu as funções de 'Inspector Geral' (de finais de 1801 a finais de 1803) corresponde – em coerência com o protagonismo

⁴³ "Tendo o Enviado de Inglaterra pedido a Sua Alteza Real que lhe mandasse franquear a elle, e ás pessoas que fossem em sua companhia, a entrada livre do Jardim Botânico, quando alli quizessem ir. O Mesmo Senhor Houve por bem conceder-lhe faculdade para o dito fim, Determinando que a toda a hora do dia se lhe dê a referida entrada, e particularmente a hum Lord, que acaba de chegar de hua viagem ao Egypto. O que participo a V. M.ce para que assim o faça executar. Deos Guarde a V. M.ce. Paço de Queluz em 19 de Fevereiro de 1802. D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Senr. Domingos Vandelli" (*Livro de Registo dos Decretos*, Museu de Ciência da Universidade de Lisboa). "Sendo franca a entrada no Real Musêo, e Jardim Botânico hum dia por semana, e concedida em qualquer outro á Corte, Nobresa, Dyplomaticos, Naturalistas, e varios particulares" (*Ofícios do Escrivão da Fazenda do Real Musêo ao Conde de Basto (7 de Setembro e 9 de Novembro de 1830; 8 de Agosto de 1831; 2 de Março e 25 de Junho de 1832)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 444, Cx. 555, 1821-1833).

⁴⁴ "Depois que tive a honra de ir com V.ª Ex.ª ao Jardim da Ajuda (...)" (*Carta de Brotero a D. Rodrigo de Sousa Coutinho (14 de Outubro de 1799)*, apud Américo Pires de Lima, e J. R. Santos Júnior, *Cartas inéditas de e para Brotero*, Porto, Instituto de Botânica Dr. Gonçalo Sampaio, 1944, p. 21; "(...) se V. M.ce tivesse vindo jantar comigo antes de partir lhe teria pedido, que visse no Jardim Botânico as Plantas, que chegarão ultimamente de Minas Geres, e entre elas a Arvore que dá o Oleo de Cupaiba (...)" (*Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a Brotero (26 de Outubro de 1799)*, apud *idem*, *ibidem*, p. 22).

⁴⁵ Determinava ainda que "quando algum destes dias seja impedido, terá lugar no dia seguinte; sem que nisto haja mudança ou alteração alguma, por ser assim conveniente ao Real Serviço". Este 'Aviso' da *Gazeta de Lisboa* fora registado no *Livro de Registo dos Decretos*, a 28 de Setembro, na forma de officio dirigido pelo Marquês Mordomo-Mor ao Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.

⁴⁶ *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, Lisboa, Biblioteca Nacional 1989 (pp 108-109) [Paris, 1797]. Sem questionar a veracidade da afirmação do refugiado francês deve, contudo, deixar-se assinalado que os relatos de Carrère não merecem em geral credibilidade, tal como fica abundantemente comprovado pelo prefácio e notas de Castelo Branco Chaves à edição portuguesa.

⁴⁷ *Lettres sur le Portugal*, Paris, Chez Desenne, 1798 (pp. 64-66).

ndia-se com o comporta-
io' de alguns frequentado-
mentárias. Por outro lado,
cessário cumprimento das
a que os espaços visitáveis
o por Brotero que também
primeiro anúncio público
nserto na Gazeta de Lisboa
á-los ao 'Publico' todas as
do o respeito pelo "conti-
ento e asseyo".⁴⁵ A fazer fé
istória Natural da Univer-
ta estariam de facto encer-
autorização".⁴⁶ Dois anos
ra que o Museu e o Jardim
O curto período durante o
ies de 'Inspector Geral' (de
ência com o protagonismo

adasse franquear a elle, e ás pessoas
quando allí quizessem ir. O Mesmo
rminando que a toda a hora do dia
caba de chegar de hua viagem ao
os Guarde a V. M.ce. Paço de Que-
nr. Domingos Vandelli" (*Livro de*
". "Sendo franca a entrada no Real
qualquer outro á Corte, Nobresa,
vão da Fazenda do Real Museu ao
e 1831; 2 de Março e 25 de Junho de

.)" (*Carta de Brotero a D. Rodrigo*
Lima, e J. R. Santos Júnior, *Cartas*
do Sampaio, 1944, p. 21; "(...) se
lo, que visse no Jardim Botânico
elas a Arvore que dá o Oleo de
i de Outubro de 1799), *apud idem*,

erá lugar no dia seguinte; sem que
: ao Real Serviço". Este 'Aviso' da
3 de Setembro, na forma de officio
:reira.

9 (pp 108-109) [Paris, 1797]. Sem
tudo, deixar-se assinalado que os
ica abundantemente comprovado

público que quis desde sempre ali imprimir – a uma política de maior abertura ao exterior, consignada nas sucessivas ordens que fará registar oficialmente sobre esta matéria. Na verdade, é da sua mão que partirá a determinação para ser observado o horário mais dilatado da história da instituição, isto é, três manhãs e três tardes por semana. Esta liberalidade alargar-se-á ainda mais nos casos especiais de pessoas empregadas no Serviço Real e dos estudiosos da Ciência a quem passava a ser permitido o permanente e livre acesso, apenas condicionado pela eventual presença das "Pessoas Reaes".⁴

A história natural, na segunda metade de setecentos, afirmando-se como actividade de valor utilitário imediato e, por isso também, socialmente prestigiante, colocou-se num terreno de argumentação consensual propício ao estabelecimento de diálogo e colaboração entre *ciência* e *sociedade*. Estes laços, já amplamente documentados no período anterior, aprofundam-se agora com a impressionante vitalidade alcançada pelo coleccionismo privado de cariz (não exclusivamente, mas predominantemente) naturalista, cimentando-se uma rede de cumplicidades pessoais baseada no intercâmbio de informações e de objectos, de que o abundante epistolário de frei Manuel do Cenáculo constitui exemplo maior. O lugar axial reservado nesta rede aos estabelecimentos da Ajuda e ao seu Director, Domingos Vandelli, assumirá múltiplas formas incluindo a orientação técnica de jardins botânicos de iniciativa particular (Angeja e de Visme) e a doação de gabinetes privados, com todo o seu espólio, ao museu régio (Luís de Albuquerque de Melo Pereira Cáceres e António Jacinto de Araújo). Quase ao dobrar do século, Desallier d'Argenville – em capítulo de obra erudita dedicada à *Conchologia* – empenhara-se em inventariar e descrever exaustivamente gabinetes e colecções de que tinha notícia ("Des plus fameux Cabinets d'Histoire Naturelle qui sont en Europe") constituindo esse, porventura, o mais antigo e genuíno texto de museologia histórica setecentista.⁴⁹ Mereceria sucessivas reedições nas décadas seguintes, sinal iniludível de sucesso editorial, comprovável entre nós pela sua aquisição e utilização nos estudos universitários

⁴⁸ "O Príncipe Regente Nosso Senhor he Servido que V. M.ce dê as necessarias Ordens, para que se não ponha obstaculo a que entrem no Jardim Botanico, nas horas em que o Jardim Botanico se não achar reservado para o passeio das Pessoas Reaes, todas as pessoas conhecidas, e que se achão ao Real Serviço como o habil Pintor Domingos Antonio de Sequeira. O que participo a V. M.ce, para que assim se execute. Deos Guarde a V. M.ce. Palacio de Queluz, 23 de Junho de 1802. D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Senr. Domingos Vandelli" (*Livro de Registo dos Decretos*, MCUL).

⁴⁹ "Cabinets riches & nombreux, dont la lecture de son Livre a donné parmi nous la premiere idée. (...) L'Ouvrage le plus complet qui ait encore paru en France sur cette matiere" ('Dédicatoire' de Favanne de Montcervelle à 3.ª edição de *La conchyliologie ou histoire naturelle des coquilles*, 1780, pp. ij-iii).

de história natural.⁵⁰ Invocamo-lo sobretudo como padrão de medida europeia das tendências dominantes no gosto coleccionista, dos valores socioculturais em voga e das normas técnicas e estéticas do *l'arrangement* de Gabinetes (tanto o de um 'Prince amateur' como o de um 'Particulier').⁵¹ De resto, a este propósito, o autor reflecte sobre a evolução da sua própria sensibilidade, a qual nos primeiros anos do século era ainda tributária da desordem cenográfica e do hibridismo tipológico dos objectos, e que aqui aparece a anunciar a boa nova de um gosto redentor, adoptando exclusivamente as "obras da natureza" exibidas com método sistemático numa "nouvelle scene".⁵²

Nos gabinetes portugueses nem sempre é reconhecível uma tão clara exclusividade de colecções naturais, aqui radicalmente recomendada por d'Argenville, parecendo mais apropriado falar-se de um coleccionismo eclético que, acompanhando embora a tendência filosófica da *sciencia dos muzeus*, mantém ligações à arte (pintura, escultura e estampa), à anticomania (numismática, epigrafia, arqueologia) e aos objectos curiosos das "indústrias humanas", em graus diferenciados conformes ao gosto (e às posses) de cada proprietário. Há ainda uma outra diferença assinalável entre a realidade francesa e a portuguesa, e essa tem a ver com o facto de a nossa escala de grandeza ser infinitamente menor, quer quanto ao número de gabinetes, quer no respeitante à sua distribuição pelo território. Em França, a capital possui ricos e incontáveis gabinetes mas é possível situar coleccionadores em todas as regiões do país⁵³; em Portugal a realidade é claramente macrocéfala porque, com a distinta excepção das iniciativas

⁵⁰ Vandelli adquiriu esta obra para o Museu de História Natural universitário (Cf. *Nota dos livros vendidos pela Firma Borel, Borel & C.ª ao Dr. Domingos Vandelli (1784)*, AUC (Arquivo da Universidade de Coimbra), Museu da História Natural), e dois anos depois já aparece citada na obra do aluno Baltazar da Silva Lisboa, *Discurso historico, politico, e economico dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portuguesa, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil*, Lisboa, Officina de Antonio Gomes, 1786.

⁵¹ Um capítulo inteiro (pp. 187-198) é dedicado justamente à maneira de "arranjar" o espaço de um Gabinete. Recordem-se dois textos sobre este tema: o artigo de D. Diderot "Cabinet d'Histoire Naturelle" na *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, 1751; e o manuscrito de Agostinho Joze Martins Vidigal, *Methodo De fazer Observaçoes, e Exames necessarios para augmento da Historia Natural, com os meios de preparar, conservar, e dispor nos Museos os diversos productos da Natureza, s/d*, [1783], BN (Biblioteca Nacional), Mss. 8520.

⁵² A. Desallier d'Argenville, "Lettre sur le choix et l'arrangement d'un cabinet curieux...", *Mercurie Français*, Junho de 1727, tome II (p. 1323); e *Conchyologie, ou histoire naturelle des coquilles de mer, d'eau douce, terrestre et fossiles*, 1780, t. I, (p. 187) [1.ª ed. 1742, 2.ª ed. 1757]. O autor era membro da Société Royale des Sciences de Montpellier. A 3.ª edição foi publicada depois da morte do autor e actualizada pelos Favanne (pai e filho).

⁵³ Yves Laissus apurou, em Paris, a existência de 45 gabinetes de história natural, 29 de pinturas, 12 de antiguidades, 9 de física e 9 de estampas (Cf. "Les cabinets d'histoire naturelle", in René Taton (dir. de), *Enseignement et diffusion des sciences en France au dix-huitième siècle*, Lisboa, Hermann, 1986, pp. 679-712).

no padrão de medida euro-
lista, dos valores sociocultu-
-*Parrangement* de Gabinetes
-*articulier*').⁵¹ De resto, a este
própria sensibilidade, a qual
a desordem cenográfica e do
e a anunciar a boa nova de
obras da natureza” exibidas

hecível uma tão clara exclu-
recomendada por d'Argen-
coleccionismo eclético que,
ciencia dos muzeus, mantém
comania (numismática, epi-
lustrias humanas”, em graus
cada proprietário. Há ainda
incesa e a portuguesa, e essa
za ser infinitamente menor,
speitante à sua distribuição
incontáveis gabinetes mas é
do país⁵³; em Portugal a rea-
inta excepção das iniciativas

ersitário (Cf. *Nota dos livros vendidos*
AUC (Arquivo da Universidade de
e ce citada na obra do aluno Baltazar
is, e estado actual da Filozofia Natural
Brazil, Lisboa, Officina de Antonio

a de “arranjar” o espaço de um Gabi-
rot “Cabinet d'Histoire Naturelle” na
tiers, 1751; e o manuscrito de Agosti-
s necessarios para augmento da Histo-
ros os diversos productos da Natureza,

in cabinet curieux...”, *Mercurie Fran-*
naturelle des coquilles de mer, d'eau
1757]. O autor era membro da Société
jois da morte do autor e actualizada

stória natural, 29 de pinturas, 12 de
oire naturelle”, in René Taton (dir.
ème siècle, Lisboa, Hermann, 1986,

de Cenáculo (em Beja e Évora), Lisboa concentra todos os restantes proprietá-
rios amadores. Ao lado do coleccionismo dos particulares abrir-se-á uma porta
para um espaço museológico – o Gabinete de Medalhas e Antiguidades da
Livraria Pública – que, apesar de institucional pelos objectivos didácticos e cul-
turais e pelo suporte financeiro, mantém todavia um envolvimento privilegiado
com o universo dos coleccionadores eruditos – tanto pelas doações que fundam
o seu acervo inicial (Tomás Caetano do Bem, Manuel do Cenáculo), quanto
pela curadoria técnica que eles lhe asseguram (António Ribeiro dos Santos, João
Vidal da Costa e Sousa) – e na relação orgânica com as autoridades e os colecto-
res locais de “antiguidades” de acordo com o *Alvará* de 4 de Fevereiro de 1802.
Nos textos e documentos que abordam este fenómeno privado do coleccio-
nismo passa-se agora a utilizar preferentemente o termo “Gabinete”. Ora, a
diferenciação lexical mais não faz aqui do que traduzir a realidade que é, tanto
quanto podemos apurar, de contrastante evolução semântica nas duas catego-
rias museais. Isto é, num primeiro momento a documentação revela-nos um
uso indiferenciado dos termos, tal como é sistematicamente praticado nos tex-
tos que se referem aos estabelecimentos régios da Ajuda. Noutros casos, pode
até dar-se que “Museu” corresponda ao *conteúdo* (como que identificado com
“Colecção”) e “Gabinete” se refira ao *continente*, ao edifício que o alberga,
como comumente aparece nos textos pombalinos relativos aos estabeleci-
mentos universitários. Já para os finais do século, parece instalar-se a consciência
de que a designação de “Museu” se deve reservar para iniciativas que envolvam
uma dimensão – e uma ambição – que superem a realidade mais chã do vulgar
coleccionismo privado de amadores e eruditos. A “Museu” passa-se a associar
um espaço de exibição fisicamente mais vasto, dotado de um quadro de profis-
sionais, e assumindo obrigações permanentes para com o público.⁵⁴ Donde, a
designação “Gabinete” que julgamos reflectir melhor a realidade de um colec-
cionismo de particulares que não cumpre, genericamente, o triplo alcance
público, permanente e profissional das colecções suportadas pelo Real Erário
ou – como nos casos excepcionais do padre mestre Mayne e do arcebispo

⁵⁴ Semelhante interpretação apresenta o zoólogo Carlos Almaça: “Os mais importantes gabinetes de História Natural – versão especializada dos ‘gabinetes de curiosidades’, orientada para as colecções de produtos da natureza –, constituídos durante o século XVII, evoluíram gradualmente, originando, em certos casos, museus. É, por exemplo, o que se passou com o *Cabinet du roi*, embrião do *Muséum de Paris*, ou com o gabinete da *Royal Society*, que iniciou o *British Museum*. Dada a gradualidade da transformação, é difícil precisar em que ponto um gabinete passa a constituir um museu de História Natural. No entanto, um certo número de características relacionadas com a propriedade, a dimensão, a existência ou não de quadro de investigadores, os deveres para com o público, etc. permitem geralmente distinguir os dois tipos de instituições” (“As colecções de conchas em gabinetes e museus de história natural portugueses”, *Açoreana*, n.º 7, 1989, pp. 17 e ss.).

Cenáculo – libertas das contingências desagregadoras dos patrimónios familiares.⁵⁵ Questão que faz sentido colocar é a de saber que terá resultado da existência de todos estes gabinetes de história natural (dos mais e dos menos conhecidos) para o avanço da Ciência neste último século de *Ancien Régime*. Reflectindo sobre o caso francês – mas que de algum modo funcionava como modelo para o coleccionismo europeu –, o naturalista Jean-Baptiste-Pierre de Monet, chevalier de Lamarck (1744-1829), produzia um juízo severíssimo já em tempo de Revolução, defendendo que estas colecções não tinham utilidade alguma, constituindo simples gabinetes de curiosidades e não verdadeiros gabinetes de história natural com vantagem para os progressos das ciências e apropriados para a difusão dos conhecimentos úteis.⁵⁶ Avaliação, dir-se-á, demasiado generalizadora já que engloba numa mesma categoria os gabinetes puramente diletantes e os que se organizaram de modo científico, com o apoio de sábios e de naturalistas profissionais.⁵⁷ Nesta perspectiva, talvez fosse útil proceder ao exame cuidadoso dos catálogos que chegaram até nós e que apresentam, certamente, um indiscutível interesse para a história das ciências, se não mesmo para a própria ciência.

⁵⁵ Também no caso das colecções privadas na França do século XVIII, quando se verificou o seu legado a instituições públicas foi possível preservar até aos nossos dias este património museológico. É o que se documenta aqui com o mais antigo Gabinete de história natural francês: "Ce surprenant ensemble, ouvert maintenant au public, est constitué par les collections de coquilles et d'oiseaux composant 'le bel amas de M. de La Faille', dont parle d'Argenville (...). La Faille fut plus collectionneur que chercheur, plus amateur que savant, ce qui arriva souvent à son époque. Son Cabinet était, en tout cas, parmi les plus fameux d'Europe touchant l'Histoire naturelle. (...) La faille est mort (...) le 4 juin 1782 (...). Il léguait à l'Académie de La Rochelle les 940 volumes de sa bibliothèque. Les 4 000 coquilles rangées dans des armoires, la collection d'oiseaux préparée par lui (...). Le Cabinet serait ouvert au public une ou deux fois par mois et journellement aux amateurs et aux étrangers. (...) maintenant le plus ancien Cabinet d'Histoire naturelle de France se situe à l'entrée du Jardin des Plantes de La Rochelle (...) où il est visible au public tous les jours" (Jean Torlais, "Un cabinet d'histoire naturelle français datant du XVIIIe siècle", *Revue d'Histoire des Sciences et de leurs applications*, t. XIV, 1961, pp. 87-88).

⁵⁶ *Mémoire sur les cabinets d'histoire naturelle et particulièrement sur celui di Jardin des plantes...*, s/l, s/d, (p. 2) apud Yves Laissus, *ob. cit.*, 1986 (p. 669).

⁵⁷ Ponto de vista semelhante é o que D. Diderot apresenta no artigo "Cabinet d'Histoire naturelle" da *Encyclopédie*: "La science de l'histoire naturelle fait des progrès à proportion que les cabinets se complètent; l'édifice ne s'éleve que par les matériaux que l'on y emploie, et l'on ne peut avoir un tout que lorsqu'on a mis ensemble toutes les parties dont il doit être composé. Ce n'a guère été que dans ce siècle que l'on s'est appliqué à l'étude de l'histoire naturelle avec assez d'ardeur et de succès pour marcher à grands pas dans cette carrière. C'est aussi à notre siècle que l'on rapportera le commencement des établissements les plus dignes du nom de cabinet d'histoire naturelle" (1751, t. II, p. 489).

Relação dos documentos publicados

1. A primeira lei de protecção dos bens culturais: criação do Museu da Academia Real da História Portuguesa
2. Museus europeus citados, em Londres, pelo médico Jacob de Castro Sarmiento
3. Expedição de objectos naturais portugueses para o Museu da Academia das Ciências de Bolonha
4. A importância dos hortos botânicos no ensino da Medicina – a proposta de L. A. Verney
5. Coleções e gabinetes em Lisboa, ao tempo de D. João V, enumerados por autor francês
6. Estabelecimento de gabinetes e jardins botânicos no ensino da história natural e da medicina – a proposta do médico Ribeiro Sanches
7. Criação de biblioteca pública, museu de raridades e horto botânico – a proposta de frei Manuel do Cenáculo
8. Criação do Gabinete de História Natural, do Jardim Botânico e do Gabinete de Física Experimental da Universidade – a reforma pombalina
9. Legado de colecção privada ao Gabinete de História Natural da Universidade
10. O Gabinete de História Natural e o Jardim Botânico no ensino de Filosofia Natural e de Medicina na Universidade reformada – relatório do Reitor
11. Alojado num convento de Lisboa, um mercador alemão de minerais, medalhas, curiosidades e relíquias relaciona-se com colecionadores portugueses
12. Colecção de história natural no Convento de Jesus, em Lisboa
13. A paixão exacerbada de colecionadores de conchas
14. Crítica científica ao coleccionismo amador de conchas
15. Método de conservação dos espécimes de história natural
16. Dois projectos de arquitectura para um edifício-museu – o programa museológico do Marquês de Angeja
17. Proposta de inventário e caracterização de colecções, gabinetes, museus e jardins botânicos no território metropolitano
18. Um aluno da Universidade, orientado por Vandelli, elabora um trabalho académico sobre museus de história natural – a conservação de produtos naturais, crítica aos viveiros de animais, regras arquitectónicas na edificação de museus
19. Ciência, ensino e iniciativas museológicas em Portugal, ao longo do século – uma perspectiva histórica
20. Objectos de história natural e antiguidades nas colecções de frei Manuel do Cenáculo
21. Museus e bibliotecas na educação da juventude – a opinião de Cenáculo
22. Gabinete de Antiguidades e Numismática no Colégio dos Nobres e inventário da colecção – proposta do padre teatino Tomás Caetano do Bem
23. Discurso na inauguração pública do Museu Sisenando Cenaculano Pacense, em Beja

egadoras dos patrimónios e saber que terá resultado da ural (dos mais e dos menos 10 século de *Ancien Régime*. um modo funcionava como lista Jean-Baptiste-Pierre de iza um juízo severíssimo já ecções não tinham utilidade osidades e não verdadeiros os progressos das ciências e úteis.⁵⁶ Avaliação, dir-se-á, mesma categoria os gabinetes de modo científico, com o esta perspectiva, talvez fosse hegaram até nós e que apre- a a história das ciências, se

Il, quando se verificou o seu legado a património museológico. É o que se l francês: “Ce surprenant ensemble, quilles et d’oiseaux composant ‘le bel t plus collectionneur que chercheur, Cabinet était, en tout cas, parmi les : est mort (...) le 4 juin 1782 (...). Il que. Les 4 000 coquilles rangées dans inet serait ouvert au public une ou (...) maintenant le plus ancien Cabi- Plantes de La Rochelle (...) où il est e naturelle français datant du XVIIIe 961, pp. 87-88). *di di Jardin des plantes...*, s/l, s/d, (p. 2)

ço “Cabinet d’Histoire naturelle” da propotion que les cabinets se comie, et l’on ne peut avoir un tout que é. Ce n’a guère été que dans ce siècle ’ardeur et de succès pour marcher à pportera le commencement des éta-’ (1751, t. II, p. 489).

24. Criação do Museu Maynense no Convento de Cristo, em Lisboa
25. Leilão de colecções privadas
26. Regulamento 'económico' e 'científico' do Museu e Jardim Botânico da Ajuda – pedido formulado à Coroa pelo director Domingos Vandelli
27. Regulamento oficial dos estabelecimentos museológicos da Ajuda
28. O administrador Alexandre Rodrigues Ferreira contesta a interferência do director Domingos Vandelli na administração dos estabelecimentos museológicos da Ajuda
29. Medidas de segurança e construção de mobiliário para o Gabinete de Medalhas e Antiguidades da Biblioteca Pública de Lisboa
30. Horário de abertura do Museu e Jardim Botânico da Ajuda ao público
31. Doação de colecção particular ao Museu da Ajuda – inventário
32. O lugar do museu na argumentação científica – “Só a exibição de objecto raro no museu documenta a sua existência...”
33. Consignação de verbas para novas aquisições no Museu de Antiguidades da Biblioteca Pública – proposta do director
34. Permuta de produtos entre o Jardim Botânico da Ajuda e o Jardim Botânico da Universidade
35. Alargamento do horário de abertura do Museu e Jardim Botânico da Ajuda ao público
36. Construção de armário para as medalhas do Museu da Biblioteca Pública
37. Arquitectura e arte na edificação de nova biblioteca e museu – proposta do director da Biblioteca Pública
38. Catálogo do Museu de Antiguidades da Biblioteca Pública, elaborado pelo director António Ribeiro dos Santos
39. Actualização da Lei joanina (1721) de protecção dos bens culturais – as novas atribuições do Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca Pública da Corte
40. Actividades científicas do director do Museu e Jardim Botânico da Ajuda, F. Avelar Brotero
41. Colecções, gabinetes, museus e jardins botânicos de Lisboa – divulgação em periódico dedicado às artes
42. Colecções do Gabinete de Antiguidades da Biblioteca Pública – lista elaborada pelo director
43. A história natural no Brasil colonial e o estabelecimento de Museu e Jardim Botânico no Rio de Janeiro
44. Memória histórica dos estabelecimentos museológicos e científicos da Ajuda (funções, espaços, colecções, conservação, gestão, pessoal, horário público) – relatório de Brotero dirigido às autoridades liberais
45. O acesso do público ao Museu e Jardim Botânico da Ajuda – uma história atribulada